

PROJETO DE LEI DO ORÇAMENTO

Lei nº 492-2020

ELOMAR ROCHA KOLOGESKI, Prefeito Municipal de BARÃO DO TRIUNFO, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º: O orçamento fiscal do município de BARÃO DO TRIUNFO, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações, para o exercício financeiro de 2024, estimada a Receita em R\$ 45.809.148,66 (quarenta e cinco milhões, oitocentos e nove mil cento e quarenta e oito reais e sessenta e seis centavos) e fixa a Despesa em R\$ 45.809.148,66 (quarenta e cinco milhões, oitocentos e nove mil cento e quarenta e oito reais e sessenta e seis centavos), discriminados anexos integrantes desta Lei.

Artigo 2º: A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta lei, com o seguinte desdobramento:

Consolidada

RECEITAS	45.809.148,66
Receitas Correntes	40.309.148,66
Receitas de Capital	4.000.000,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	1.500.000,00
Total geral:	45.809.148,66

Artigo 3º: A Despesa da administração direta será realizada segundo a discriminação dos quadros "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes desta Lei, e as autarquias e fundações em seus respectivos orçamentos aprovados por decreto executivo.

POR FUNÇÕES DE GOVERNO

01 - Legislativa	1.500.000,00
04 - Administração	8.995.656,82
06 - Segurança Pública	10.000,00
08 - Assistência Social	1.089.700,00
09 - Previdência Social	2.630.000,00
10 - Saúde	7.530.715,01
12 - Educação	11.084.509,74
15 - Urbanismo	3.125.000,00
18 - Gestão Ambiental	5.000,00
20 - Agricultura	3.109.303,83
26 - Transporte	9.863,28
27 - Desporto e Lazer	267.000,00
28 - Encargos Especiais	100.000,00
99 - Reserva de Contingência	6.352.399,98
Total geral:	45.809.148,66

POR SUBFUNCOES

031 - Ação Legislativa	1.500.000,00
121 - Planejamento e Orçamento	1.245.000,00
122 - Administração Geral	4.922.372,00
123 - Administração Financeira	1.211.000,00
182 - Defesa Civil	40.000,00
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	1.000,00
244 - Assistência Comunitária	1.088.700,00
273 - Previdência Complementar	2.630.000,00
301 - Atenção Básica	7.114.715,01
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	80.000,00

POR SUBFUNCÕES

304 - Vigilância Sanitária	336.000,00
361 - Ensino Fundamental	8.167.183,94
362 - Ensino Médio	110.829,67
364 - Ensino Superior	32.000,00
365 - Educação Infantil	2.540.496,13
367 - Educação Especial	234.000,00
451 - Infra-Estrutura Urbana	3.105.000,00
542 - Controle Ambiental	5.000,00
606 - Extensão Rural	3.109.303,83
695 - Turismo	6.000,00
752 - Energia Elétrica	20.000,00
782 - Transporte Rodoviário	1.597.148,10
812 - Desporto Comunitário	261.000,00
846 - Outros Encargos Especiais	100.000,00
999 - Reserva de Contingência	6.352.399,98
Total geral:	45.809.148,66

POR PROGRAMA

0001 - Execução da Ação Legislativa	1.500.000,00
2 - Planejamento Governamental	1.245.000,00
4 - Supervisão e Coordenação Administrativa	2.205.000,00
5 - Supervisão e Coordenação da Secretaria da Agricultura	3.084.300,00
6 - Supervisão e Coordenação da Secretaria de Obras	2.159.500,00
13 - Assistência Financeira	1.211.000,00
21 - Segurança do Cidadão	10.000,00
29 - Assistência Social Geral	1.089.700,00
32 - Prev. Social e servidores vinculados Reg. Estat. Mun.	7.700.000,00
46 - Administração do Sistema educacional	1.881.594,94
47 - Ensino	8.571.638,45
48 - Prática Desport., Recreat., e de Lazer das comunidades	261.000,00
49 - Ensino Regular	641.276,35
58 - Melhoramento da Infra- Estrutura Urbana	3.111.000,00
72 - Mecanização Agrícola	10.000,00
75 - Assistência Financ. e Material aos Pequenos Produtores	5.000,00
82 - SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATORIOS	100.000,00
97 - Eletrificação Rural	10.003,83
100 - ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO DA SECRETAR	338.000,00
101 - Construção, Restauração e Conservação de Estradas IV	244.735,28
107 - Assistência Médica a População	7.520.715,01
141 - Defesa Civil - Danos Causados por Intemperies	40.000,00
782 - Transporte Rodoviário	1.587.284,82
9999 - Reserva de Contingência	1.282.399,98
Total geral:	45.809.148,66

POR CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES	31.359.579,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.683.376,92
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	150.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.526.202,08
DESPESAS DE CAPITAL	8.097.169,68
INVESTIMENTOS	7.933.169,68
INVERSÕES FINANCEIRAS	5.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	159.000,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA E RESERVA DO RPPS	6.352.399,98
RESERVA DE CONTIGÊNCIA E RESERVA DO RPPS	6.352.399,98
Total geral:	45.809.148,66

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

02.00 - GABINETE DO PREFEITO	1.255.000,00
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO	2.205.000,00
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA	1.211.000,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO	11.084.509,74

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

06.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA	3.114.303,83
07.00 - SECRETARIA DE OBRAS E VIACAO	7.096.520,10
08.00 - SECRETARIA DA SAUDE	7.530.715,01
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL	1.089.700,00
11.00 - SECRETARIA DE TURISMO, DESPORTOS E MEIO /	267.000,00
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR (SUBPREF	68.000,00
14.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	405.000,00
99.00 - Reserva de Contingência	1.282.399,98
10.00 - RPPS	7.700.000,00
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.500.000,00
Total geral:	45.809.148,66

Artigo 4º: Os orçamentos das despesas das administrações indiretas poderão ser expandidos até os limites das efetivas arrecadações.

Artigo 5º: O poder Executivo está autorizado a:

- a) realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 10% (dez por cento) da receita estimada, nos termos legais da legislação em vigor.
- b) abrir créditos suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7º da Lei 4.320/64.
- c) abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de convênios, não previsto na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta Lei.
- d) Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação considerada a tendência do exercício.

Artigo 6º: Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2024

ELOMAR ROCHA KOLOGESKI
Prefeito Municipal

VIVIANE ALMEIDA PEREIRA
Contador

GESSICA LIMA FERRAZ
Secretario da Fazenda